

SUMÁRIO

Abreviaturas	19
Nota à Quinta Edição	23
Apresentação	25
À Guisa de Prefácio — Wladimir Novaes Martinez	29

PARTE I — INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 — O Trabalho e a Proteção Social ao Trabalhador	33
1.1. Prólogo	33
1.2. O Surgimento da Noção de Proteção Social	34
1.3. A Mútua Assistência e a Caridade	35
1.4. A Assistência Estatal	35
1.5. A Noção de Seguro Social	36
1.6. Evolução da Previdência Social no Mundo	37
Capítulo 2 — Fundamentos da Previdência Social	40
2.1. A Intervenção do Estado	40
2.2. A Solidariedade Social	41
2.3. A Compulsoriedade da Filiação	41
2.4. A Proteção aos Previdentes	42
2.5. A Redistribuição de Renda	42
2.6. O Risco Social	43
2.7. Da Previdência à Segurança Social	43
Capítulo 3 — Modelos de Previdência Social	45
3.1. Sistemas Contributivos e Não Contributivos	45
3.2. Sistemas Contributivos de Repartição e Capitalização	46
3.3. Sistemas Privados de Previdência	47
Capítulo 4 — A Evolução da Proteção Social no Brasil	49
4.1. Primeiras Regras de Proteção	49
4.2. A Lei Eloy Chaves	50

4.3. Os Institutos de Classe	51
4.4. Da Criação do INPS à Constituição de 1988	53
4.5. A Constituição de 1988 e a Seguridade Social	55
4.6. A Criação do INSS e as Primeiras Reformas	57
4.7. A Emenda Constitucional n. 20	58
4.8. O Fator Previdenciário	63
4.9. As Emendas Constitucionais ns. 41 e 42	63
Capítulo 5 — O Direito Previdenciário	65
5.1. Conceito e Objeto de Estudo	65
5.2. Autonomia Científica	66
5.3. Classificação perante a Divisão Didático-Enciclopédica do Direito ..	68
5.4. Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito	70
5.5. Fontes do Direito Previdenciário	72
Capítulo 6 — Aplicação das Normas de Direito Previdenciário	78
6.1. Antinomias e Critérios de Solução	78
6.2. Lacunas do Ordenamento e sua Solução	79
6.3. Interpretação das Normas	81
6.4. Vigência e Eficácia das Normas no Tempo	82
6.5. Vigência e Eficácia das Normas no Espaço	83
Capítulo 7 — Princípios do Direito Previdenciário	86
7.1. Princípios Constitucionais da Seguridade Social	86
7.2. Princípios Específicos de Custeio	89
7.3. Princípios Específicos de Previdência Social	93
Capítulo 8 — Regimes Previdenciários	98
8.1. O Regime Geral de Previdência Social — RGPS	98
8.2. Regime Previdenciário Complementar	99
8.3. Planos de Seguridade Social de Servidores Públicos	103
8.4. Exercentes de Mandato Eletivo	110
8.5. Regime dos Militares da União	112

PARTE II — A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Capítulo 1 — A Organização da Seguridade Social	117
1.1. Sistema Nacional de Seguridade Social	117
1.2. Ministérios da Área da Seguridade Social	118

1.3. Instituto Nacional do Seguro Social — INSS	119
1.4. Gestão Descentralizada	120
1.5. Conselho Nacional da Seguridade Social — CNSS	121
1.6. Conselho Nacional de Previdência Social — CNPS	121
1.7. Conselhos de Previdência Social — CPS	123
1.8. Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS	125
1.9. Conselho de Gestão da Previdência Complementar — CGPC	127
1.10. Conselho de Recursos da Previdência Social — CRPS	128
Capítulo 2 — Relação Jurídica de Custeio	130
2.1. Definição da Relação Obrigacional	130
2.2. Autonomia da Relação de Custeio	132
2.3. Identidade com a Relação Obrigacional Tributária	133
Capítulo 3 — Contribuintes da Seguridade Social	135
3.1. Segurados da Previdência Social	136
3.2. Empresa e Entidades Equiparadas	137
3.3. Matrícula da Empresa	138
3.4. Empregador Doméstico	140
3.5. Apostadores de Concursos de Prognósticos	141
3.6. Contribuintes da CPMF	141
Capítulo 4 — Relação Jurídica de Seguro Social	142
4.1. Definição da Relação de Seguro Social	142
4.2. Vinculação da Relação Previdenciária com a Filiação	143
4.3. Natureza Jurídica da Relação de Seguro Social	144
Capítulo 5 — Segurados do Regime Geral de Previdência Social	145
5.1. Segurados — Definição	145
5.2. Segurados Obrigatórios	145
5.2.1. Empregado Urbano e Rural	147
5.2.2. Empregado Doméstico	157
5.2.3. Contribuinte Individual	159
5.2.4. Trabalhador Avulso	165
5.2.5. Segurado Especial	166
5.3. Segurado Facultativo	170

5.4. Menoridade para Fins Previdenciários	171
5.5. Aposentado que Retorna à Atividade	173
Capítulo 6 — Filiação dos Segurados	175
Capítulo 7 — Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado	178
Capítulo 8 — Dependentes	184
Capítulo 9 — Inscrição dos Segurados e Dependentes	189
9.1. Inscrição dos Segurados	190
9.2. Inscrição de Dependentes	191

PARTE III — CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo 1 — Sistema de Financiamento da Seguridade Social	197
1.1. Sistema Contributivo	200
1.2. Participação da União	201
1.3. Contribuições Sociais	203
1.3.1. Conceituação	203
1.3.2. Natureza Jurídica	205
1.3.3. Características Gerais	207
1.4. Outras Receitas da Seguridade Social	209
Capítulo 2 — Contribuições ao Sistema	211
2.1. Salário de Contribuição	211
2.2. Salário-Base	218
2.3. Contribuição dos Segurados Empregado, Doméstico e Trabalhador Avulso	221
2.4. Contribuição dos Segurados Contribuinte Individual e Facultativo	222
2.5. Contribuições das Empresas	225
2.5.1. Contribuição sobre a Folha de Pagamento	225
2.5.2. Contribuição sobre a Remuneração Paga aos Segurados Contribuintes Individuais e Trabalhadores Avulsos	228
2.5.3. Contribuição para Custeio do Seguro de Acidente do Trabalho e Aposentadorias Especiais	232
2.5.4. Contribuição sobre a Receita e o Faturamento	236
2.5.5. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS	237

2.5.6. PIS/PASEP	245
2.5.7. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL	247
2.5.8. Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — o SIMPLES	248
2.6. Contribuições do Importador de Bens e Serviços do Exterior ...	254
2.7. Contribuições Decorrentes do Trabalho Prestado em Obras de Construção Civil	258
2.7.1. Conceito de Obra de Construção Civil	259
2.7.2. Cadastro-Matrícula de Obra de Construção Civil	260
2.7.3. Obra de Responsabilidade de Pessoa Jurídica	262
2.7.4. Obra de Responsabilidade de Pessoa Física	265
2.7.5. Aferição Indireta das Contribuições	266
2.7.6. Apuração de Salário de Contribuição contido em Nota Fiscal de Serviço/Fatura	267
2.7.7. Apuração de Salário de Contribuição com Base na Área Construída e no Padrão da Obra	268
2.7.8. Retenção na Construção Civil	268
2.8. Contribuição dos Clubes de Futebol Profissional	269
2.9. Contribuição do Empregador Doméstico	270
2.10. Contribuição do Produtor Rural — Pessoa Física e do Segurado Especial	271
2.11. Contribuição do Empregador Rural — Pessoa Jurídica	273
2.12. Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	275
2.13. Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira — CPMF	275
2.14. Reconhecimento de Fatos Geradores em Decisões Proferidas pela Justiça do Trabalho	277
2.15. Contribuições Destinadas a Terceiros	285
Capítulo 3 — Isenção das Contribuições para a Seguridade Social	287
3.1. Requisitos para a Isenção	289
3.2. Requerimento e Deferimento da Isenção	290
3.3. Alcance da Isenção	292
3.4. Revisão da Isenção	293
Capítulo 4 — Remissão e Anistia	294

Capítulo 5 — Regras Gerais de Arrecadação e Fiscalização	297
5.1. Competência dos Órgãos de Arrecadação e Fiscalização	297
5.2. Arrecadação e Recolhimento das Contribuições	298
5.3. Obrigações Acessórias	304
5.4. Prerrogativas da Fiscalização	307
5.5. Inadimplemento e Acréscimos Moratórios	308
5.6. Restituição de Contribuições, Compensação e Reembolso de Benefícios	312
5.6.1. Restituição de Contribuições e Compensação	312
5.6.2. Reembolso de Benefícios	315
5.7. Parcelamento de Débitos	316
5.8. Programa de Recuperação Fiscal — REFIS	319
5.9. Parcelamento Especial — PAES (REFIS II)	321
Capítulo 6 — Responsabilidade Solidária e por Substituição Tributária	323
6.1. Construção Civil	324
6.2. Grupo Econômico	326
6.3. Responsabilidade dos Sócios e Titulares	326
6.4. Tomador de Serviços	327
6.5. Administradores Públicos	329
6.6. Operador Portuário e Órgão Gestor de Mão-de-Obra	330
Capítulo 7 — Decadência e Prescrição das Contribuições à Seguridade Social	331
7.1. Prescrição e Decadência na Restituição e Compensação de Contribuições	334
7.2. Prazo para Pleitear a Desconstituição de Exigência Fiscal	335
Capítulo 8 — Prova de Inexistência de Débito	336
Capítulo 9 — Constituição do Crédito Previdenciário	342
9.1. Notificação Fiscal de Lançamento de Débito — NFLD	344
9.2. Auto de Infração — AI	344
Capítulo 10 — Processo Administrativo Fiscal	348
10.1. Depósito Recursal — Exigibilidade	349
Capítulo 11 — Dívida Ativa: Inscrição e Execução Judicial	352

Capítulo 12 — Execução de Contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho	365
12.1. Aplicação da Norma em Função do Tempo	367
12.2. Conflitos de Competência	367
12.3. Condição do INSS na Lide Trabalhista	369
12.4. Legislação Aplicável	370
12.5. Créditos Executáveis	371
12.6. As Prerrogativas do INSS	373
12.7. Validade do Procedimento	374
12.8. O Procedimento da Execução	376
Capítulo 13 — Dos Crimes contra a Previdência Social	382
13.1. O Regime da Lei n. 9.983/2000	382
13.2. Apropriação Indébita Previdenciária	383
13.2.1. Inocorrência da "Abolitio Criminis" da Conduta Prevista no Art. 95, "d", da Lei n. 8.212/91	388
13.2.2. Constitucionalidade	390
13.2.3. Tipo Objetivo	391
13.2.4. Tipo Subjetivo	392
13.2.5. Consumação e Tentativa	392
13.2.6. Sujeito Ativo	393
13.2.7. Sujeito Passivo	395
13.2.8. Crime Continuado	395
13.2.9. Ação Penal	396
13.2.10. Extinção da Punibilidade	397
13.2.11. Adesão ao REFIS	400
13.2.12. Perdão Judicial	406
13.2.13. Dificuldades Financeiras	407
13.2.14. Princípio da Insignificância	409
13.2.15. Prisão por Dívida	410
13.3. Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações	411
13.4. Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações	411
13.5. Sonegação de Contribuição Previdenciária	412
13.6. Divulgação de Informações Sigilosas ou Reservadas	413

13.7. Falsidade Documental	414
13.8. Falsificação de Documento Público	414
13.9. Violação de Sigilo Funcional	415
13.10. Equiparação a Funcionário Público	415

PARTE IV — PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 1 — Introdução	419
Capítulo 2 — Concessão da Prestação Previdenciária	422
2.1. Suspensão do Benefício	425
2.2. Cancelamento do Benefício	426
Capítulo 3 — Períodos de Carência	428
Capítulo 4 — Cálculo do Valor do Benefício	433
4.1. Salário de Benefício e Período Básico de Cálculo	434
4.2. Fator Previdenciário	442
4.3. Regras de Transição para Aplicação do Fator Previdenciário	446
4.4. Renda Mensal Inicial	447
4.5. Valor-Limite dos Benefícios	451
Capítulo 5 — Reajustamento e Revisão do Valor dos Benefícios	453
5.1. Índices de Correção dos Salários de Contribuição Utilizados no Cálculo do Salário de Benefício (Súmula n. 2 do TRF da 4ª Região)	454
5.2. Reajustes pelo Salário Mínimo de Referência	455
5.3. Atualização Monetária dos Doze Últimos Salários de Contribuição para os Benefícios Concedidos Anteriormente à Constituição de 1988	456
5.4. Súmula n. 260 do Extinto Tribunal Federal de Recursos	456
5.5. Auto-Applicabilidade do Art. 202, <i>Caput</i> , da Constituição de 1988 — Diferenças Decorrentes do Reajustamento dos Benefícios Concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (Art. 144, Parágrafo Único, da Lei n. 8.213/91)	457
5.6. Aplicação do Art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	458
5.7. Manutenção do Valor Real dos Benefícios/Equivalência do Valor dos Benefícios em Número de Salários Mínimos	460
5.8. Valor Mínimo dos Benefícios	461

5.9. Gratificação Natalina de 1988/1989	461
5.10. URP de Fevereiro de 1989	462
5.11. Salário Mínimo de Junho de 1989	462
5.12. Expurgos Inflacionários	462
5.13. Reajuste de Setembro de 1991 — Abono da Lei n. 8.178/91 ...	463
5.14. Reajustes Quadrimestrais — IRSM — Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93	463
5.15. Conversão dos Benefícios para URV — Lei n. 8.880/94	465
5.16. Atualização Monetária das Parcelas Pagas em Atraso	465
5.17. Aplicação do IRSM de Fevereiro de 1994	467
5.18. Reajustamento dos Benefícios pelos Índices Integrais do IGP-DI nos Meses de Junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003. ...	469
5.19. Revisão da Renda Mensal da Pensão por Morte	470
Capítulo 6 — Pagamento dos Benefícios	473
6.1. Pagamento Feito a Terceiros	475
6.2. Intangibilidade do Valor do Benefício	476
6.3. Acumulação de Benefícios	478
Capítulo 7 — Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais	480
7.1. Evolução Histórica da Proteção Acidentária	480
7.2. Conceito de Acidente de Trabalho	483
7.3. Doenças Ocupacionais	487
7.4. Nexo Causal e Concausalidade	488
7.5. Aspectos da Proteção Previdenciária à Vítima de Acidente	490
7.6. A Comunicação do Acidente de Trabalho — CAT	491
7.7. Responsabilização do Tomador dos Serviços	492
7.7.1. Com Fundamento na Responsabilidade Subjetiva do Empregador	492
7.7.2. Com Fundamento na Responsabilidade Objetiva do Empregador	493
7.7.3. A Teoria do Risco Social — Cobertura pela Previdência Social	493
7.7.4. Responsabilidade Penal	493
7.7.5. Sanções Administrativas	494

7.8. Direito à Indenização Civil	494
7.9. O Direito de Regresso da Previdência em Face do Empregador	500
7.10. Estabilidade do Empregado Acidentado	501
Capítulo 8 — Benefícios em Espécie	505
8.1. Aposentadoria no RGPS	505
8.1.1. Direito à Desaposentação	507
8.2. Aposentadoria por Invalidez	510
8.3. Aposentadoria por Idade	517
8.4. Aposentadoria por Tempo de Serviço	527
8.5. Aposentadoria por Tempo de Contribuição	529
8.5.1. Aposentadoria do Professor	533
8.5.2. Aplicação dos Novos Critérios para Aposentadoria	534
8.6. Aposentadoria Especial	535
8.7. Pensão por Morte	549
8.8. Auxílio-Doença	556
8.9. Auxílio-Reclusão	562
8.10. Auxílio-Acidente	567
8.11. Salário-Família	571
8.12. Salário-Maternidade	575
8.13. Abono Anual	583
8.14. Amparo Assistencial ao Idoso e ao Deficiente	584
Capítulo 9 — Benefícios Extintos	588
9.1. Renda Mensal Vitalícia	588
9.2. Auxílio-Natalidade	589
9.3. Auxílio-Funeral	590
9.4. Pecúlio	590
9.5. Abono de Permanência em Serviço	591
9.6. Aposentadorias Diferenciadas	591
Capítulo 10 — Serviços	593
10.1. Serviço Social	593
10.2. Habilitação e Reabilitação Profissional	593

Capítulo 11 — Tempo de Contribuição para Fins Previdenciários	596
11.1. Prova do Tempo de Contribuição	600
11.2. Reconhecimento do Tempo de Filiação	604
11.3. Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição	605
11.4. Justificação Administrativa	608
11.5. Cabimento da Ação Declaratória para Reconhecimento de Tempo de Contribuição	610
11.6. Regime de Economia Familiar	611
Capítulo 12 — Prescrição e Decadência de Benefícios	614
12.1. Prescrição do Direito a Benefícios	614
12.2. Decadência do Direito à Revisão do Cálculo de Benefício Previdenciário	616
Capítulo 13 — Ações Previdenciárias	618
13.1. Competência para as Ações Previdenciárias	619
13.1.1. Prestações Comuns	619
13.1.2. Competência Federal Delegada	620
13.1.3. Ações Acidentárias	622
13.1.4. Causas Referentes ao Benefício Assistencial	623
13.2. Prévio Ingresso na Via Administrativa	625
13.3. Pagamentos Devidos pelo INSS	627
13.3.1. Evolução Legislativa	628
13.3.2. Requisição de Pequeno Valor (RPV)	629
13.3.3. Pagamento por Precatório	633
13.4. Idosos	634
13.5. Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal	635

PARTE V — TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 — A Globalização e a Crise do Estado-Providência	645
Capítulo 2 — As Mudanças no Direito Comparado	652
Capítulo 3 — As Razões da Crise Brasileira	663
Capítulo 4 — Perspectivas da Seguridade Social Brasileira	672

**APÊNDICE — SÚMULAS DE INTERESSE
EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA**

Supremo Tribunal Federal	691
Tribunal Federal de Recursos	694
Superior Tribunal de Justiça	697
Tribunal Superior do Trabalho	699
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	700
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	702
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	702
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	703
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	705
Turma de Uniformização das Decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais	705

ANEXOS

Códigos de Interpretação dos Benefícios Concedidos pelo INSS	707
Tabelas de Contribuições Mensais	711
Bibliografia	747